



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 24

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 1961

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.

1º Secretário: Senador Cunha Mello.

2º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.

3º Secretário: Senador Gilberto

4º Secretário: Senador Novaes Marinho.

5º Secretário: Senador Novaes Filho.

1º Suplente: Senador Mathias Olympio.

2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LÍDERES E VICE-LÍDERES Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)
Vice-Líderes

Victorino Freire (P.S.D.)
Lima Teixeira (P.I.B.)
Lobão da Silveira (P.S.D.)
Paulo Fender (P.I.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:

Rui Palmeira (UDN)
Afonso Arinos (UDN)
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valadares
Vice-líder: Gaspar Veloso.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-líderes: Vivaldo Lima — Barros Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.
Vice-Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

SENADO FEDERAL

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Heribaldo Vieira.

Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Pericles
Jefferson de Aguiar
Ruy Carneiro
Caetano de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atílio Vivacqua

SUPLENTE

PSD:
1º Gaspar Veloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gallotti
4º Ari Viana.

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos
2º João Arruda
3º João Villasboas

Secretária: Maria do Carmo Rondon
Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Távora — Vice-Presidente
Alô Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Guido Mondim
Jeanette Parente
Sérgio Marinho

SUPLENTE

PSD:

1º Eugênio Barros
2º Jefferson de Aguiar
3º Mendonça Clark (do PR).

PTB:

1º Aramiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Nelson Maculan (*)

UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º Fernando Corrêa
3º Irineu Bornhausen
Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jarbas Maranhão
Barros Carvalho — Presidente (diferenciado)
Paulo Fernandes
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mém de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º Sebastião Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leônidas Melo (*)

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Secretária: Olza José Muniz de Melo, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 18 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspar Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gallotti
Victorino Freire
Vago
Jorge Maynard

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

(*) Substituído temporariamente

Caetano de Castro
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernandes Távora
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mém de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Ruy Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º Eugênio Barros
6º Silvestre Pericles

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arlindo Rodrigues
pelo Sr. Antonio Baltar (8-7-80).
3º Guido Mondim
4º Paulo Fender
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Coimbra Bueno
5º João Arruda

PL:

Vago

Sec. Ato: Renato Chermont, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Caetano de Castro
Paulo Fender
Irineu Bornhausen
João Arruda

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Francisco Gallotti
3º Sebastião Archer

PTB:

3º Miguel Couto
1º Lourival Fontes
2º Vivaldo Lima
1º Dix-Huit Rosado

Padre Calazans
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Comissão de Redação

TITULARES

Presidente de Honra — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente
Ar Viana

ULTR:

Afonso Arinos.
Pacífico Cabral
Fausto Cabral

SUPLENTE

PSD:

1º Ruy Carneiro

PTP:

Lourenço Fontes

UDN:

1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente
Secretária: Vera de Alvarenga Ma-
fra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras às 15 ho-
ras.

ATA DA 1ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EX- TRAORDINÁRIA, DA 4ª LE- GISLATURA, EM 28 DE FE- VEREIRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. FILINTO MÜLLER

As 14 horas e 30 minutos acham-se
presentes os srs. Senadores:

Mourão Vieira, Mendonça Clark,
Mathias Olympio, Joaquim Parentes,
Fausto Cabral, Fernandes Távora,
Menezes Pimentel, Novaes Filho,
Barros de Carvalho, Silvestre Péries,
Jorge Maynard, Ary Vianna, Jeffe-
rson de Aguiar, Caiado de Castro, Gil-
berto Marinho, Venâncio Igrêjas, No-
gueira da Gama, Moura Andrade,
Lino de Mattos, Pedro Ludovico, Fi-
linto Müller, Lopes da Costa, Fran-
cisco Galotti, Saulo Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o com-
parecimento de 22 srs. Senadores.
Havendo número legal, declaro aberta
a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Novaes Filho, 4º Secre-
tário, servindo de 2º, procede à
leitura da ata da reunião ante-
rior, que é aprovada sem deba-
tes.

O sr. Gilberto Marinho, 3º Se-
cretário, servindo de 1º, lê o se-
guinte

EXPEDIENTE

Mensagem

Do Sr. Presidente da República
números 66, 67 e 70, do corrente ano,
respeitando autógrafos dos seguintes
Projetos de Lei da Câmara, já san-
cionados:

Nº 2, de 1961, que destaca, dos re-
cursos que trata o art. 2.976, de
28 de novembro de 1956, o mínimo
de dez milhões de cruzeiros anuais,
para obras, equipamentos e custeio
de atividades, em partes iguais, dos
Institutos de Patologia e de Pesquisas
Rioquímicas, da Faculdade de
Medicina de Santa Maria, no Estado
do Rio Grande do Sul.

Nº 20, de 1961, que aprova o termo
de Acordo firmado entre o Governo
Federal e o Estado do Rio Grande
do Sul, sobre as condições de rever-
são de Viação Petróleo do Rio Grande
do Sul à União.

Nº 19, de 1961, que autoriza o Po-
der Executivo a abrir, ao Poder Ju-
diciário — Tribunal Federal de Re-
cursos — o crédito especial de ...
Cr\$ 86.286.924,00, para atender às
despesas de qualquer natureza com
a transferência do pessoal daquele
Tribunal para Brasília.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
6 meses	Cr\$ 50,00
1 ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
1 ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
6 meses	Cr\$ 89,00
1 ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
1 ano	Cr\$ 102,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Ns. 68 e 69, do corrente ano, acusando o recebimento de números CN-3, de 26 de janeiro de 1961 e da de nº 23, de 3 de fevereiro corrente, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 1 de 1961.

Avisos

Do Sr. Ministro do Trabalho Indústria e Comércio ns. 300.380-61 GM-136 e 300.384-61-GM-126, encaminhando cópias das informações prestadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários para atender ao Requerimento nº 15-61, do Sr. Senador João Villabóas e, outrossim, as prestadas pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços para atender ao Requerimento nº 11-61, também do Sr. Senador João Villabóas.

Dê-se conhecimento ao Reque- rente.

Do sr. Ministro da Fazenda ns. 66, 67, 68, 69, 70, 71 e 72, do corrente ano, comunicando está envidando esforços no sentido de serem ultimados os esclarecimentos a que se referem os seguintes Requerimentos:

Nº 20, de 1960, do sr. Mourão Vieira.
Nº 59, de 1959, do sr. Lino de Mattos.

Nº 104, de 1960, do sr. Coimbra Bueno.

Nº 178, de 1959, do sr. Lino de Mattos.

Nº 336, de 1960, do sr. Cunha Mello.
Nº 444, de 1960, do sr. João Villabóas.

Dê-se conhecimento aos Re- quentes.

De comunicações de posse dos se-
guintes Ministros de Estado:

Da Aeronáutica, Brigadeiro Grun Moss.

Da Fazenda, Clemente Mariani.

Da Guerra, Marechal Ovídio De-
nys.

Das Relações Exteriores, Afonso Arinos.

Da Saúde, Cateete Pinheiro.

Ofícios

Do Sr. Governador do Estado do Ceará do seguinte teor:

ESTADO DO CEARÁ

Palácio do Governo

Gabinete do Governador.

Fortaleza, 15 de janeiro de 1961.
Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.º o requerimento que o Senhor Diretor do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, com a minha autorização, encaminha à consideração do Senado Federal.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Ex.º os meus protestos de alta consideração. — José Parisijai Bar-
roso, Governador do Ceará.

Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem

Fortaleza, 14 de janeiro de 1961.
Senhor Presidente:

Como resultado das determinações do Sr. Governador do Estado, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem elaborou um plano de construções rodoviárias, cuja execução ficou na dependência da concessão de dois financiamentos pelos Bancos do Brasil e do Desenvolvimento Econômico, os quais, embora autorizados pelo Sr. Presidente da República, até o momento não foram atendidos.

Ante o impasse, o Sr. Governador do Estado entrou em entendimentos com o Development Loan Fund, nos Estados Unidos da América do Norte, verificando a real possibilidade de ser conseguido um empréstimo em moeda nacional e nela resgatável, ao valor de um bilhão de cruzeiros, com juros de 3,5 % ao ano e prazo de oito e cinco anos.

O D.A.E.R., face ao disposto no art. 31 do Decreto-lei nº 1.847, de 19-10-1946, tem autorização para realizar operações de financiamento dentro e fora do Brasil, devidamente autorizado pelo Sr. Governador do Estado, por força de sua natureza autárquica, necessitando todavia de saber se a realização desse financiamento depende de prévia autorização do Senado Federal, face ao preceito constitucional.

Admitindo a possibilidade de vir a ser considerada a mesma como imprescindível, pela Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa do Congresso Nacional, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Ceará passa a justificar a absoluta necessidade de ser obtido o financiamento nas condições expostas, cujas vantagens são evidentes.

O Programa de construções no setor rodoviário, estudado para o Estado, obedece a condições técnicas e econômicas consideradas ótimas, sem deixar, entretanto, de ser realista e perfeitamente adequado às possibilidades financeiras desta Unidade da Federação.

Seus elaboradores tiveram sempre em mente as elevadas finalidades do desenvolvimento econômico do Ceará, e, por via de consequência, de todo o Polígono das Sêcas.

Foram abstraídas, na elaboração do Programa, todas aquelas pretensões, de caráter puramente emotivo ou personalista, de grupos ou indivíduos determinados, que se mostrassem prejudiciais ao estabelecimento das prioridades econômicas, que caracterizam o Programa.

O atendimento de semelhantes pretensões, com prejuízo dos setores básicos do desenvolvimento, foi em grande parte, no passado, responsável por projetos ineficazes ou excessivamente ambiciosos, com desperdício de recursos e retardamento geral do processo da evolução econômica do Estado.

Ante tais considerações, e tendo em vista os interesses do Estado como um todo, a Comissão Planejadora, sob minha direção, estabeleceu prioridades de localização das linhas rodoviárias, cuja construção e pavimentação o Programa aconselha.

Essas rodovias oferecem possibilidades de receber maciças correntes de tráfego, com perspectiva de se intensificarem grandemente, em futuro próximo, o que tornará altamente econômicos os investimentos públicos para sua construção e pavimentação.

Tais investimentos se mostram compensadores e de imediata rentabilidade, resultante da redução dos custos adicionais de conservação, maior celeridade nas trocas, mais estreita integração de zonas na economia estadual, redução dos custos de produção e preços de transportes, com reflexos favoráveis no nível geral dos preços, além de outras importantes repercussões de supra-estrutura.

Nos estudos realizados foi bem presente o fato auspicioso do suprimento de energia elétrica, pela CHESF, em 1961-62, a zona caririense, sendo previsto, por isso mesmo e com sólidas razões, o surto de produtos industriais e agrícolas beneficiados, bem como o da mineração, do que resultará a necessidade, dentro em pouco, de linhas eficientes de distribuição.

O problema da energia elétrica, que constitui, juntamente com o dos transportes, um dos pontos de estrangulamento da economia cearense, será, parcialmente solucionado com a entrada da CHESF na região do Cariri, que experimentará, conseqüentemente, acelerado ritmo de desenvolvimento, passando a representar papel cada vez mais importante no abastecimento do Estado.

Como atender, entretanto, ao correspondente aumento na demanda de transportes se, já agora, com a só produção agrícola primária, assistimos

ao contristar o espetáculo do perecimento de gêneros, nas fontes de produção, por absoluta falta de transporte e de facilidade de armazenagem.

As ferrovias no Brasil, maxime no Ceará, como é de todos sabido, por razões de subdesenvolvimento bem conhecidos, têm se mostrado incapazes de atender às necessidades de transportes de grandes massas a grandes distâncias, bastando lembrar que a tonelagem-quilômetro, no setor ferroviário é quatro vezes inferior à do rodoviário, o que cõe em clara evidência a decisiva importância deste último.

O programa estabelecido obedece à orientação de tornar mais fáceis e eficientes as ligações rodoviárias entre os centros produtores e consumidores do Estado, orientação essa que sintetiza admiravelmente com a presente fase do desenvolvimento nacional, na qual os esforços do Governo Federal, na produção de combustíveis e na indústria automobilística, conseguem, progressivamente, os mais benéficos efeitos.

Assim é que a execução do programa ensinará à produção da zona do Cariri maiores facilidades de transportes no sentido de atingir o porto de Fortaleza, do que resulta em um maior intercâmbio econômico entre a Capital e o interior do Estado, havendo assim melhor atendimento das necessidades de consumo local ou de exportação. Por outro lado a totalidade mais acelerada dos bens de produção e consumo multiplicam, de forma natural e recomendável, os meios de pagamento nos âmbitos internos e externos.

Além disso, a execução das obras projetadas tornará altamente viável a idéia de ligar o importante entroncamento rodoviário de Sobral à região Sul do Estado, acrescentando de mais uma rodovia, que lhe permitirá maior desenvolvimento das já intensas atividades comerciais e industriais que se ampliará em função do centro distribuidor da zona Norte, com a consequente intensificação do movimento portuário de Camocim que terá assegurado fluxo rodoviário contínuo.

Estas obras são de fundamental importância para a perfeita integração da riqueza das diversas regiões cearenses, notadamente da caririense, na economia do Estado, e permitirão mais eficiente sinergia de todas as zonas do Ceará na construção do seu progresso econômico.

As obras aconselhadas para a Rodovia Fortaleza-Canindé-Boa Viagem, que a integrará na Rodovia Fortaleza-Brasília, sobre serem de imediata necessidade para o Ceará, colaboram eficazmente para coroar de êxito os investimentos federais destinados a ligar o nosso Estado à futura Capital e a promover o desenvolvimento do ceste brasileiro.

Merecida ênfase foi atribuída pelo programa a rodovia Fortaleza - Itapipoca - Camocim - Parnaíba, ligação da zona norte do Ceará ao vizinho Estado do Piauí, incluindo na mesma a pavimentação de 60 km.

Ainda, no dito programa está prevista a pavimentação do trecho rodoviário Barbalha - Missão Velha - BR-13, que apresenta em nosso Estado um dos maiores índices de tráfego diário, na maioria de veículos pesados que se destinam ao Sul do País.

Como facilmente se pode constatar, o programa é de real importância para a economia cearense, mas, infelizmente, o Estado do Ceará, periodicamente sujeito às inclemências das secas, não pode solucionar problemas de tal magnitude, sem merecer o financiamento a longo prazo como o que ora proponho ao D. L. F.

Assim é que o programa, tendo em vista as naturais dificuldades de obtenção do necessário financiamento, oferece sugestões práticas e realistas, para as respectivas operações financeiras, as quais poderão efetivar-se por meio de concessão de empréstimo pela instituição do crédito acima citada, com sólidas e suficientes bases de liquidação, constantes das garantias reais, correspondentes a partes substanciais das quotas de participação do Estado do Ceará no Fundo Rodoviário Nacional e no Fundo Nacional de Pavimentação, além das verbas estaduais que seriam destinadas a esse fim.

As principais obras integrantes do programa constam de:

a) Pavimentação em areia asfalto com base de solo estabilizado no trecho Maranguape - Canindé, inclusive obras de alargamento - 60 km - Cr\$ 240.000.000,00;

b) Pavimentação em areia asfalto com base de solo estabilizado no trecho: - Umirim - Itapipoca - Morrinho, inclusive obras de alargamento - 60 km. - Cr\$ 240.000.000,00;

c) Pavimentação em areia asfalto com base de solo estabilizado no trecho: Barbalha-Missão-Velha-BR. 13, inclusive obras de alargamento - Cr\$ 120.000.000,00;

d) Implantação de grande construção da Rodovia Mombaça-Acopiara-Iguatu-V. Alegre-Chixadá-Crato (conclusão da rodovia Fortaleza-Crato) - Total - Cr\$ 1.000.000.000,00.

Todos os estudos técnicos e econômicos que demonstram a estabilidade econômica do projeto serão oportunamente apresentados ao estabelecimento de crédito com a qual deve ser negociado o empréstimo.

Sirvo-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Marcelo Sanjard de Barros, Diretor Geral do D.A.E.R.

A Comissão de Finanças

Do Presidente do Tribunal de Contas:

Nº 2.836, de 20 de dezembro de 1960, comunicando haver aquele Tribunal ordenado o registro e a distribuição ao Tesouro Nacional do crédito suplementar de Cr\$ 75.550.000,00, aberto ao Senado pela Lei nº 3.830-A, de 25 de novembro do mesmo ano;

Nº 91, de 10 de janeiro de 1961, transmitindo as informações solicitadas pelo Sr. Senador João Villasboas em seu Requerimento nº 467, de 1960;

Dê-se conhecimento ao Requerente.

Do Governador do Estado do Piauí, de 3 de fevereiro de 1961, agradecendo a comunicação de haver sido promulgada a Resolução nº 1, de 1961, que suspende a execução do parágrafo único do art. 69 e a dos artigos 69 e 74 da Constituição daquele Estado;

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando haver aquela Casa aprovado emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1957, que concede isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de previdência social, para material hospitalar a ser importado pela Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil.

Comunicação

Do Sr. Senador Miguel Couto como segue:

Brasília, 10 de fevereiro de 1961.

Senhor Presidente:

Unipro o grato dever de comunicar a V. Exa. e à Casa que vou apresentar-me do País, aproveitando as férias parlamentares para uma viagem de estudos e turismo, por vários países da Europa e do Oriente Médio. - Homenagens, Miguel Couto.

Parecer n. 69, de 1961

Da Comissão de Segurança Nacional sobre Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1956, que dispõe sobre as promoções dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal.

Relator - Senador Jefferson de Aguiar.

O projeto dispõe sobre as promoções dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, que se transformou, por imperativo consuetudinário e por determinação legal no Estado da Guanabara, a partir de 21 de abril de 1960.

Vários pareceres foram oferecidos pelas Comissões de Constituição e Justiça e Segurança Nacional com a apresentação de emendas ao projeto.

Há pronunciamentos do Ministério da Justiça, com a indicação de modificações e alterações da proposição.

Por motivos tais o projeto não foi ultimado pelo Senado antes da transferência da capital do país para o planalto central, quando se operou a transformação do Distrito Federal no Estado da Guanabara (Lei nº ... de abril de 1960).

A corporação policial do atual Distrito Federal não admite a aplicação das normas previstas no projeto de âmbito maior e de incidência permanente da Polícia Militar.

Dispõe o art. 163 da Constituição Federal:

"As polícias militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas como forças auxiliares, reservas do Exército."

Preceitua a carta maior que "cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar", reservando-se-lhes "todos os poderes que implicam ou explicitamente não lhes sejam vedados" pela Constituição (art. 18 e § 1º).

Por conseguinte, questão constitucional deve ser suscitada e decidida pela Junta Comissão de Constituição e Justiça, eis que, como é óbvio, o Congresso Nacional não possui competência para legislar sobre as promoções dos militares da Polícia Militar do atual Estado da Guanabara, a quem - por seu Executivo e por sua Assembléa - incumbir promover as necessidades do seu Governo e da sua administração (Constituição Federal, art. 18, § 2º).

Allegando a impossibilidade constitucional e regimental de tramitação do projeto do Senado nº 20-56, pelo exposto a Comissão de Segurança Nacional solicita a audiência da Junta Comissão de Constituição e Justiça (Regimento Interno, arts. 86 "b", 102, § 1º e 212, II, "c", III).

Sala das Comissões em 2 de 1961 Jefferson de Aguiar, Presidente e Relator. Francisco Galotti - Caiado de Castro - Arlindo Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do expediente sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Requerimento n. 62, de 1961

Sr. Presidente do Senado Federal: Requeiro a V. Ex.ª sejam solicitadas do Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações:

a) quais as operações de compra de café realizadas pelo Instituto Brasileiro do Café, no último decênio, diretamente ou por intermédio de depósitos ou firmas comissionadas, com a indicação dos preços, quantidades, tipo, firmas ou pessoas e datas;

b) despesas decorrentes destas operações, com comissões, transporte, armazenagens ou quaisquer outras rubricas ou especificações, com a indicação das pessoas, firmas, veículos

(número de licença inclusive) localização dos armazéns, quantidades de sacos estocados ou armazenados (por Estado e Distrito Federal);

c) relação dos fiscais ou conferentes encarregados da verificação do tipo, quantidade e qualidade do café adquirido e armazenado ou porventura vendido ou exportado pelo IBC (por Estado e Distrito Federal);

d) se o Instituto Brasileiro do Café tem verificado e analisado periodicamente a situação do café adquirido e armazenado, com o rodízio de fiscais, conferentes ou outros funcionários (em caso positivo: quando, local e pessoas encarregadas com os respectivos relatórios ou documentos apresentados);

e) se há qualquer documento, inclusive relatórios ou documentos apresentados;

f) se há qualquer documento, inclusive relatórios, sobre a atuação ou atividade de "Mr. X" ou de grupos econômicos interessados na política do café, de acordo com análise ou investigações processadas pelo IBC ou pelo Ministério da Fazenda (qualquer de suas repartições ou órgãos) ou pelo Departamento Federal de Segurança Pública do ex-Distrito Federal e, em caso positivo enviar cópias autenticadas;

g) Se o I.B.C. recebeu denúncia de exportação de café do Paraná pelo porto de Vitória, tipo 4 pelo tipo 73, e quais as providências ou diligências que adotou (cópia de denúncias, relatórios, exames etc.);

h) se recebeu denúncias ou informações sobre a substituição ou troca do café adquirido por outro de inferior qualidade (ou com detritos, serragem, palha, etc.) no percurso para o armazém, onde teria sido estocado, sem qualquer valor (cópia das denúncias, informações, relatórios, exames, etc. armazém por armazém, palha por palha);

i) qual a quantidade total do café armazenado pelo IBC, de sua propriedade, com os respectivos valores atuais;

j) quantos armazéns possui o IBC, com a especificação dos de sua propriedade e os arrendados, com a indicação de área, nome dos proprietários, aluguel mensal, custo de armazenagem mensal, relação dos funcionários encarregados da fiscalização, salário mensal e despesas outras oriundas do depósito e guarda do café adquirido;

k) indicações completas sobre o curriculum vitae do Sr. Adolfo Becker, especialmente sobre admissão, funções, remuneração, relatórios estudos e mercedas por ele patrocinadas, defesas ou apresentadas.

S. S., 28 de fevereiro de 1961. - Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento n. 63, de 1961

Como expressão da profunda consternação do Senado Federal pelo desaparecimento, em condições tão dolorosas, do Governador Roberto Silveira, figura promissora do cenário político nacional, cuja brilhante trajetória, a despeito da sua mocidade, já trazia bem assinalados os traços de uma personalidade incomum e de uma vocação de estadista de quem muito a nação tinha que esperar, queremos, com fundamento no artigo 214, nº 3, do Regimento Interno e nas tradições da Casa, as seguintes homenagens:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo seu falecimento;

b) apresentação de condolências à família, ao Estado do Rio de Janeiro e ao Partido Político a que pertencia o ilustre extinto;

e) designação de uma comissão de três membros para representar o Senado nos seus funerais.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1961. — *Gilberto Marinho*. — *Francisco Gallotti*. — *Pedro Ludovico*. — *Lopes da Costa*. — *Fausto Cabral*. — *Menezes Pimentel*. — *Novaes Filho*. — *Jorge Maynard*. — *Caiaido de Castro*. — *Ary Vianna*. — *Noaueira da Gama*.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de discussão.

Em votação.

Tem a palavra para encaminhar a votação, o nobre Senador Gilberto Marinho, orador inscrito.

O SR. GUILHERME MARINHO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com profunda emoção exprimo nesta hora a dor que amargura o Partido Social Democrático pelo desaparecimento do Governador Roberto Silveira.

Como raros na vida da Nação, ele encarnou com apaixonada devoção um credo político e lutou por uma nobre concepção programática de ação em prol do bem público.

Pouquíssimas vezes como em seu caso o labor de um político brasileiro se revestiu de tanto sentido popular e de características de tão puro apostolado.

Nêta transparência o idealismo que o animava. Atitudes sóbrias em concordância com a sua sobriedade interior. A simplicidade dos seus hábitos em contraste com o materialismo da época.

Sua modestia vencia a tentação da riqueza e da ostentação.

Bastavam-lhe sua viva inteligência, seu fino instinto político e seu acentrado patriotismo para se orientar nos caminhos ásperos e incertos da vida pública brasileira.

Com uma inexcedível perseverança, fixados os seus objetivos nada o detinha ou o detinha e sempre encontrava os meios de atingir a meta proposta.

O cabedal de seus recursos era inexaurível, sabia reunir vontades dispersas, contagiava o entusiasmo e estimulava com o seu dinamismo. A obra realizada era nêta o acicate mais poderoso para uma outra nova.

Não conheceu a trégua nem o descanso. Sua vida foi uma intensa batalha contra a inércia e o conformismo, da qual sempre saiu vitorioso.

Não transistou Roberto Silveira pelos caminhos fáceis, que proporcionam a influência de um nome ilustre ou as preferências de classe; teve que conquistar as funções por si mesmo sem medir desvelos fadigas ou sacrifícios.

Como todos os homens de qualidade superior, teve de consumir enorme caudal de energias para alcançar o plano adequado à sua capacidade e por isso lutou sempre com denodo e afinco em favor de condições que permitissem o acesso social, econômico e cultural do povo.

Sua vida se interrompeu bruscamente em pleno impulso de sua realização definitiva, redobrando a nossa dor, já que o impacto natural que a morte causa, avulta quando ela vem extinguir uma existência em seu meridiano. Porque, não é apenas o cumprimento doloroso sempre de uma lei natural, porque esta tem um processo anterior ao desenlace e não aparece assim, quando um raio repentino golpeia e fulmina uma existência em pleno labor de uma participação sumamente proveitosa na vida coletiva.

Juntamos a nossa mágoa à tristeza profunda que domina o Estado do Rio de Janeiro e abate a Nação, pela ausência prematura desse jovem e grande brasileiro de atitudes transparentes, de conduta libada, talento vigoroso e afirmativo, insuperável atividade cívica e administrativa cujo espírito ora se apraz em meio ao consolo supremo de saber que havia ofertado ao Partido Trabalhista Brasileiro, ao povo fluminaense e à sua Pátria o sacrifício supremo de uma vida plena e fecunda que passará a viver na memória dos seus conterrâneos como um padrão de patriotismo e de dedicação ao bem comum.

Mês e à sua Pátria o sacrifício supremo de uma vida plena e fecunda que passará a viver na memória dos seus conterrâneos como um padrão de patriotismo e de dedicação ao bem comum.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra para encaminhar a votação, o nobre Senador Caiaido de Castro, orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, recebi a dolorosa incumbência de, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro dizer do nosso pesar pelo desaparecimento de Roberto Silveira, companheiro de lutas que pude bem conhecer, e apreciar a capacidade de trabalho e as grandes qualidades, principalmente quando dos acontecimentos de 1954 e 1953.

Roberto Silveira, com quem troquei idéias, várias vezes sobre as prolemas ligados aos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, especialmente na ocasião em que se aventava a possibilidade da fusão do atual Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, esteve sempre em plano elevado, estudando os problemas que conhecia como poucos, dando opiniões verdadeiramente respeitáveis.

Mais tarde tive oportunidade, novamente, de estudar, com Roberto Silveira, a questão do salário mínimo, que nós, do P.T.B., queríamos elevar para mil cruzeiros. Não conseguimos na época o objetivo, em virtude da informação de que o Tesouro Nacional não comportaria semelhantes despesas. Trocando idéias com o Presidente do Estado do Rio de Janeiro sobre o assunto, Sua Excelência demonstrou o equívoco das informações prestadas e de como seria possível atender, o que de fato ocorreu, a elevação do salário mínimo no Estado do Rio de Janeiro.

Além desses dois episódios, houve outros, em que sempre estivemos juntos. Isto ocorreu nas campanhas eleitorais e políticas nos municípios limítrofes do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro. Em todas essas ocasiões, a mim, homem já velho e batido pelas intempéries da vida, surpreendia a vivacidade daquele jovem, conhecedor profundo dos problemas, abordando-os e procurando encaminhá-los.

Eleito Governador do Estado do Rio foi um exemplo de honestidade e soube conduzir os negócios do Estado com o cuidado que todos desejamos seja encarado e por todos os homens públicos. Era uma honra para nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, ver um jovem companheiro que, elevando ao poder, cumprira, rigorosamente, com o programa do Partido e orientou, perfeitamente, os negócios públicos, dentro do padrão que todos almejávamos.

Senhor Presidente, como Vossa Excelência, fui criado na escola de não chorar aqueles que tomam a serviço da Pátria e das suas obrigações. Vidas e centenas de companheiros caíram no campo de batalha no cumprimento do dever mas vejo agora, também nas hostes do Partido Trabalhista Brasileiro um companheiro que tomba, procurando cumprir rigorosamente o seu dever.

Roberto Silveira informado de que em municípios do Estado passavam-se fatos profundamente prejudiciais ao povo, ele imediatamente se faz transportar para, in loco, verificar o que ocorre. Ao sair de Petrópolis é colhido por um acidente; quase todos os companheiros que com ele seguiam perderam a vida.

Roberto Silveira sofreu muito nestes últimos dias, como que para ainda mais — se, é possível assim dizer — chamar a atenção da Nação e de nossos correligionários para a sua figura.

Como chefe de partido, soube cumprir, rigorosamente, os seus deveres, corresponsando assim à expectativa dos que o elegeram aquele alto posto, do qual tomba justamente quando dava cumprimento às funções de governante.

Senhor Presidente, surpreendido com a indicação de falar em nome do meu Partido, e o sentimento de ver cair um amigo e um companheiro de lutas políticas, tolhem-me a palavra e não me permitem produzir uma homenagem como talvez esperassem os meus correligionários. Não obstante, ela é sincera e trás a minha admiração e respeito por esse homem que, tão moço, já se havia imposto ao elevado conceito dos seus conterrâneos.

Roberto Silveira deu não só aos moços como aos velhos um exemplo de lealdade política. Cumpriu a palavra empenhada e, filiado a um Partido, soube integrar-se no seu programa, defendendo-o com honestidade e dignidade e fazendo com que nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, nos sentíssemos honrados de ter um companheiro de tal estirpe no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Trago ao Senado o sentimento de pesar dos nossos companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro, nesta Casa, e dos trabalhistas do Estado da Guanabara que aprenderam a estimar e admirar Roberto Silveira. Estima e admiração que foram maiores porque éramos vizinhos, estávamos constantemente em contacto, sentíamos que, de certa forma, os problemas do Estado da Guanabara afetava o Estado do Rio de Janeiro e vice-versa.

Aos trescentos mil fluminenses que são eleitores no Estado da Guanabara envio, particularmente, as expressões do meu pesar, nem como ao povo do Estado do Rio de Janeiro, pelo desaparecimento de um chefe da estatura de Roberto Silveira. Abrigamos a esperança de que ele, de lá onde se encontra, olhe pelos companheiros que aqui ficaram e oriente os jovens, para que possam dedicar-se com afinco aos interesses do País e, sobretudo, saibam manter e respeitar sempre a palavra empenhada. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Venâncio Igrejas.

O SR. VENANCIO IGREJAS:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a União Democrática Nacional, por meu intermédio, associa-se à dor profunda do povo fluminense e do Partido Trabalhista Brasileiro, pela perda do Governador Roberto Silveira.

Os caminhos da vida muitas vezes levam a um encontro duas pessoas no momento crítico da morte.

Parece-me incrível que aqui esteja, como Senador, falando a respeito da morte do Governador Roberto Silveira pois lá pelos idos de 1945 éramos ambos estudantes de Direito, eu no Rio de Janeiro, ele em Niterói. Fazíamos política universitária naquela geração que despontava para hoje aparecer na vida pública, a fim de tentar dar alguma coisa do seu entusiasmo pela Nação brasileira.

Já então éramos adversários políticos e já então admirava eu a coerência que foi sempre a marca de Roberto Silveira; e, mais do que a coerência, o espírito democrático que, nas lutas universitárias, ele formava e que haveria de ser uma constante na sua vida de homem público.

Assim, ao falar em nome da União Democrática Nacional, não é apenas um voto formal que trago; é a minha emoção pessoal ao sentir que se vai embora quem surgiu comigo para a vi-

da pública. E desde então, se Roberto Silveira sonhava prestar serviços à Pátria, eu, embora desde aquela época seu adversário político, já sentia que ele haveria de ser realmente, um grande homem público e de marcar sua vida com assinalados serviços à coletividade brasileira.

E' pois, com dor redobrada que vejo a perda daquele que não foi bem um companheiro, porque não era um correligionário, mas que, na realidade, representa para mim a geração que nasceu para a política daqueles memoráveis movimentos e pronunciamentos de 1945. Geração que afinal hoje se firma e da qual Roberto Silveira era um líder, líder acima dos próprios partidos, porque, se pertencio ao Partido Trabalhista Brasileiro, na realidade havia um ponto comum — o interesse público — que fazia com que, se se encontrasse conosco da União Democrática Nacional e com todos aqueles homens que, em todos os partidos, desejam o engrandecimento de um Estado e o progresso da Pátria.

Além da coerência de atitude e de ação pública, Roberto Silveira sempre teve uma conduta liberal, democrata e progressista. Isso ele demonstrou no último pleito, como Governador de Estado, em que soube colocar-se acima das paixões políticas.

Ainda recentemente, quando o Governador Carlos Lacerda lhe pediu a colaboração comum para os problemas comuns aqui ressaltados pelo eminente Senador Caiaido de Castro, Roberto Silveira prontamente se colocou à disposição da terra carioca, do povo do Estado da Guanabara, sem por um momento cogitar de diferenças de credo político.

Assim, a União Democrática Nacional se associa à dor de todas as bancadas do Senado pelo passamento daquele cuja vida gloriosa a morte veio interromper. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, trago o sentimento de pesar do Partido Libertador à memória do eminente Governador fluminense, hoje desaparecido.

A cidade de Petrópolis, cenário, sem favor, dos mais encantadores da nossa pátria, cidade a que Ruy Barbosa chamou "Dos Jardins e das Flores", cidade dileta do velho Imperador Pedro II, cobre-se hoje de crepe para reverenciar a memória do governante jovem da velha província, que ali par sempre criou suas vistas para o panorama da sua terra e para os problemas de seu Estado.

Sr. Presidente, com Roberto Silveira, a quem não tinha o prazer de conhecer pessoalmente, mas cuja trajetória na vida de homem público, de perto acompanhei, admirando-o pela inteligência, pela tenacidade, pela bravura cívica e, nos últimos tempos, pelas qualidades de homem de Estado reveladas no governo da velha província, com Roberto Silveira, repito, encolheu-se hoje, em Petrópolis, tristemente, prematuramente, a magnífica bandeira de trabalho, de atuação, de combatividade, uma bandeira nova da vida política do Brasil.

Sr. Presidente, o meu partido associa-se sinceramente às homenagens aqui prestadas à memória do jovem governador fluminense, indo até o povo do Estado do Rio de Janeiro para levar as suas condolências por fato tão doloroso e tão lamentado no Brasil inteiro. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard.

O SR. JORGE MAYNARD:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ao chegar a esta augusta Ca-

sa, recebi a desagradável notícia do falecimento do Governador Roberto Silveira, ilustre chefe do Governo Fluminense.

Quando esperávamos já tivesse sido debelada a crise resultante do lamentável acidente, ocorrido há poucos dias em Petrópolis, surge-nos o comunicado do seu falecimento. Está assim de luto a nação brasileira e o Estado do Rio de Janeiro.

Em nome do Partido Social Progressista é no meu próprio, manifesto da tribuna do Senado posso pesar pelo desaparecimento de tão ilustre pátrio. *(Muito Bem)*

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados *(Pausa)*.

Está aprovado.

A Mesa associa-se à homenagem que o Senado determinou prestar à memória de Roberto Silveira, cuja vida, embora curta, foi brilhante, cheia de serviços prestados ao seu Estado natal e à pátria brasileira.

Será cumprido o voto do Plenário. Para acompanhar os funerais do ilustre morto a Mesa designa os Senhores Senadores: Lourival Fontes, Ruy Carneiro e Sérgio Marinho. *(Pausa)*.

Vai ser lido outro requerimento.

E é lido o seguinte:

Requerimento n. 64, de 1961

Com fundamento nos arts. 214, nº 2 e 215 do Regimento e nas tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Oswaldo Ribeiro de Oliveira, Deputado Federal pela Bahia:

- 1) Inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo seu falecimento;
- 2) Apresentação de condolências à família, ao Estado da Bahia e ao Partido político a que pertencia o ilustre morto;
- 3) Levantamento da sessão. Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 1961. — Gilberto Marinho. — Francisco Gallotti. — Pedro Ludovico. — Lopes da Costa. — Menezes Pimentel. — Fausto Cabral. — Novaes Filho. — Ary Vianna. — Jorge Maynard. — Caiado de Castro. — Nogueira da Gama.

O SR. PRESIDENTE:

— O presente requerimento independente de apoio.

Em votação. *(Pausa)*

O SR. GILBERTO MARINHO PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador — Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, o Partido Libertador vem a esta tribuna, pela minha voz, trazer o preito de sua saudade e da sua admiração ao saudoso representante do Estado da Bahia, Deputado Oswaldo Ribeiro de Oliveira.

O Rio São Francisco, Sr. Presidente, tem uma significação magnífica. Já se dizia antes que era o mais brasileiro dos rios e hoje, em Minas Gerais, onde nasce, criou um pequeno mar, como Três Marias. Não seria pois demais chamarmos Três Marias de o mar das gloriosas montanhas mineiras, já que, na Palestina, toda a gente designa o Lago de Nazaré como Mar da Galiléia.

O São Francisco, que formou em Minas Gerais um verdadeiro mar, para criar riquezas e dinamizar o trabalho em nosso país, já havia, em terras de Pernambuco e de Alagoas, satisfeito as maiores aspirações do Nordeste ressequido, através da obra formidável de Paulo Afonso.

Pois bem, o saudoso Deputado baiano, a cuja memória o Senado nesta hora rende o preito da sua saudade, dedicou sua vida, sua inteligência, suas energias, suas esperanças e seus ideais à região sãofrancesca.

Infelizmente, tão moço, tão ardoroso no combate, tão desejoso de servir à sua terra e à sua gente, logo depois da eleição para o Congresso Nacional terrível moléstia o assaltou, impossibilitando-o de dar ao São Francisco as expansões magníficas da sua inteligência, a dedicação e o fervor daquele verdadeiro devotamento pela região em que vivia, pela gente com quem sempre conviveu.

Dai por que, Sr. Presidente, eu, homem do Nordeste, trago as homenagens do meu Partido e também os sentimentos do meu coração ao Congresso tão moço e inteligente, ao digno representante da Bahia que deixou de luto, que deixou sentindo a sua falta o mais brasileiro dos rios, o São Francisco.

O Sr. Jorge Maynard — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito gosto.

O Sr. Jorge Maynard — Aceite o eminente Senador, que ora ocupa a tribuna, a solidariedade do Partido Social Progressista à brilhante oração com que homenageia, muito justamente, a memória do grande Deputado sãofrancescano.

O SR. NOVAES FILHO — Figurará no meu discurso o aparte do nobre representante de Sergipe — Estado, como o meu, da beira do São Francisco — que se associa às justas homenagens desta Casa ao saudoso representante do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE:

— Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*. Está aprovado.

A Mesa se associa às homenagens prestadas à memória do Sr. Deputado Oswaldo Ribeiro de Oliveira, jovem representante do Estado da Bahia que após haver prestado bons serviços à sua terra natal, na própria região, veio exercer um dos mandatos mais honrosos que pode ter um cidadão no Brasil: o de representante do povo na Câmara dos Deputados. Em meio a esse mandato, foi colhido por insidiosa enfermidade e roubado ao convívio dos seus Países, deixando assim de prestar à Pátria e ao seu Estado natal os serviços que dele esperavam.

A Mesa fará inserir em Ata um voto de pesar pelo seu falecimento e apresentará condolências à sua família, ao Estado da Bahia e ao Partido político em cujas fileiras se integrou.

Cumprindo a determinação do Plenário, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

Sessão de 1 de março de 1961

(Quarta-feira)

1 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução nº 48 de 1960, que suspende a execução do art. 57, nº III, da Lei nº 64, de 21 de fevereiro de 1948, do Estado do Paraná (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 60).

2 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1960, que suspende a execução do nº XIX do art. 84 e do art. 104 da Constituição do Estado do Ceará (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 81, de 1961).

3 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 1960, que suspende a execução da letra d do art. 2º do Decreto nº 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 53, de 1961).

4 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 1.027, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 59, de 1961).

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 15 horas e 30 minutos

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

O Diretor Geral, por despacho de do corrente mês, proferiu os seguintes despachos nos requerimentos abaixo enumerados:

Nº 34-61 — em que Pedro Félix da Costa Lacerda, Guarda de Segurança Simbolo PL-9, solicita salário-família em relação a sua esposa — Eni e sua filha Elizabeth, a partir de 14 de abril de 1960. — "Deferido".

Nº 48-61 — em que Fernando Jorge da Rocha, Redator, Simbolo PL-3, solicita salário-família em relação a seu filho Carlos, a partir de janeiro de 1961. — "Deferido".

O Diretor Geral abonou a falta da seguinte funcionária:

— de Amélia da Costa Côrtes Oficial Legislativo, Simbolo PL-3, 1.º dia 1º de fevereiro do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de fevereiro de 1961. — pela Diretora do Pessoal, Declinda Maria C. Braga.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR NOGUEIRA DA GAMA NA SESSÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1961 QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — *(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante a última campanha eleitoral tive ensejo de realizar numerosas viagens pelo interior de Minas e de todas aproveitei o quanto pude para manter valores e mais diretos contatos com os problemas das diversas regiões do meu Estado.

É certo que bem conheço, desde longa data, é... problemas, mas o exame de cada um deles, *in loco*, proporciona uma visão mais realista sempre interessante para quem deseja, como eu e outros colegas de representação, cooperar, de maneira decidida, para solucioná-los.

Assumi com o povo mineiro o compromisso de debater esses problemas do meu Estado por todos os meios e meios ao meu alcance, inclusive nos órgãos e associações de classe, reservando para a tribuna do Senado aqueles que demandassem providências de caráter administrativo ou legislativo.

Entre esses problemas, Sr. Presidente, se inclui o do ferro guza que neste momento posso traduzir em poucas palavras: as usinas que em Minas produzem essa liga metálica estão cuspindo seus operários e apagando seus fornos. É evidente que isso significa uma situação de crise, aliás muito discutida e debatida no meu Estado, embora não devidamente apreciada no cenário federal. Nem por isso, *entretanto*, o problema do ferro guza deixa de interessar a todo o Brasil, porque ele afeta grandemente ao próprio ritmo do desenvolvimento da siderurgia nacional. Enquanto as usinas se fecham, o mercado interno ainda registra um sensível déficit de aço. Como explicar essa crise, Sr. Presidente?

Em 1958, foi verdadeiramente surpreendente o surto de instalação de fornos de ferro guza, em Minas Gerais. Quase cinquenta começaram então a ser construídos em uma mesma zona geográfica daquele Estado, no oeste de Minas, sendo que nove ficaram prontos naquele mesmo ano, localizando-se sete no Município de Divinópolis e em Itaúna, bem perto de Belo Horizonte. Em 1959, mais de quarenta fornos foram instalados, dez em Divinópolis, os demais bem próximos de Belo Horizonte, em Itaúna, em Betim, Mateus Leme e Pará de Minas.

A extraordinária instalação de fornos produtores de guza, em menos de dois anos, todos de pequeno porte, com capacidade média de produção

que não ultrapassa de trinta toneladas diárias, chegou a parecer a observadores econômicos que o desenvolvimento da siderurgia no Brasil se fazia à moda chinesa, isto é, à base de forminhos rudimentares sob alguns aspectos, mas de alta taxa de expansão.

O Sr. Gaspar Veloso — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Nogueira da Gama — Com todo o prazer.

O Sr. Gaspar Veloso — A expressão que V. Exa. usa "à moda chinesa" como que declarando que na China existem apenas pequenos fornos não é correta. Eu peço a V. Exa. excusas pelo aparte que dou, mas estive na China comunista, há questão de quatro meses, e lá o que se fala e muito, é na nova política de andar com as duas pernas. A China tem realmente espalhado em toda a sua extensão territorial uma grande quantidade de forminhos, mas tem também, em notável escala, grandes fornos, muito maiores do que os grandes fornos do Brasil. A produção siderúrgica brasileira é de dois milhões de toneladas, se não me falha a memória. A China tem, hoje, com seus grandes fornos, nove vezes mais do que o Brasil. Dei o aparte a V. Exa. porque a observação que trago ao seu conhecimento e da Casa é feita *in loco*: visitei as grandes siderúrgicas chinesas e posso assegurar a V. Exa. que não é de pequenos forminhos que a indústria siderúrgica chinesa está vivendo nos dias atuais.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço ao nobre Senador Gaspar Veloso o esclarecimento que ofereceu ao meu discurso, dando o testemunho do que S. Exa. viu e apreciou na sua viagem à China. A expressão por mim usada, eu a colhi na literatura que tive a oportunidade de compulsar a respeito do desenvolvimento e da exploração do ferro guza nos vários países que o exploram. Bem sei, como pondera S. Exa., que a China não usa, na fabricação do ferro e do aço unicamente os pequenos fornos. É, porém, provável que a expressão tenha surgido em virtude de o início da siderurgia na China ter se processado precisamente à base dos pequenos fornos, que o nobre apartante reconhece ali existirem ainda em grande número. De qualquer maneira, o esclarecimento é um pormenor que fica registrado como uma elucidação de quem conhece e viu de perto a grande indústria siderúrgica chinesa e pode, portanto, testemunhar que a expressão empregada na literatura não é correta.

O Sr. Gaspar Veloso — Se V. Exa. permite, concluiria dando novo esclarecimento. *(Assentimento do orador)*. Estou ouvindo com a máxima atenção o discurso de V. Exa., atenção que lhe é devida não só pela importância do problema que V. Exa. focaliza, com brilho, e erudição como também em reconhecimento à inteligência, à cultura e ao espírito público do ilustre colega.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato a V. Exa.

O Sr. Gaspar Veloso — Estou ouvindo com grande satisfação a alocução que V. Exa. está fazendo neste instante, no Senado, no último dia desta convicção extraordinária. Julgo que os problemas fundamentais, os problemas básicos do País devem ser sobrepostos, sempre, aos políticos. Em contrariedade ao que V. Exa. me empregar o último dia da sessão convocada extraordinária para focalizar um dos grandes problemas de interesse nacional, motivo de muito interesse para a função que deve exercer, efetivamente, o Parlamento na vida da Nação. E por isso acrescento à observação já feita anteriormente e que me vem à lembrança neste instante e penso elucidar, modestamente, o discurso de V. Exa.: o Brasil não pode nem deve decurrir o problema focalizado por V. Exa. Tem que incen-

tivar, de qualquer modo, a produção do ferro guza, necessária à sua indústria de base. Não deve descurar. A todo instante e a cada momento, cada homem público deve lembrar aos governantes, que são passageiros, que o Brasil continua. O Sr. Presidente da República, em declarações feitas no próprio ou no dia seguinte a sua posse, salientou o desejo de restabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo. Estou de pleno acordo com S. Exa. As ideologias quaisquer que sejam, não devem impedir que o mundo se transfira em um só, com as mais amplas relações comerciais entre os países que compõem a comunidade internacional. E o exemplo que os outros povos nos dão deve ser sempre seguido. Não devemos vender os olhos aquilo que os outros fazem sob pretexto de ideologias que não podem nos atingir, porque somos um país emancipado. Quando interrompi o discurso do V. Exa. foi para dizer que a China, em matéria de siderurgia, está realizando grande obra; e também com a intenção de que o Brasil olhe para aquele país, porque temos possibilidade de fazer melhor do que ele está fazendo. Peço desculpas a V. Exa. pela extensão do aparte e pelas observações modestas que faço ao brilhante discurso que o eminente colega pronunciou nesta Casa.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Sou muito grato ao aparte que acaba de me dar o eminente Senador Garpar Veloso.

Sinto-me mesmo muito feliz por registrar no meu discurso considerações tão preciosas como estas que o nobre representante do Paraná acaba de formular e que devem servir como contribuição a todos os parlamentares e representantes do povo que desejam, sinceramente, dar desempenho conveniente ao mandato que lhes foi outorgado. São palavras de seguro e patriótico estímulo.

O Sr. Benedito Valadares — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer o aparte de V. Exa.

O Sr. Benedito Valadares — A indústria que V. Exa. ora defende com tanto brilhantismo está, realmente, atravessando grandes dificuldades em nosso Estado. O ferro guza, de carvão de madeira, não encontra facilmente mercado estrangeiro e o que está sendo produzido, na hora presente, não tem consumo interno suficiente. É preciso, portanto, resolver o problema e V. Exa., com sua cultura e inteligência, vai, por certo, propor solução adequada ao caso.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato pelo aparte que me oferece o eminente Senador Benedito Valadares que conhece, por exame pessoal e direto, o problema do ferro guza em Minas Gerais. S. Exa., com as palavras que acaba de proferir, antecipa, de certo modo, as considerações que vou apresentar ao Senado, indicando, desde logo, os dois ângulos principais da questão.

O Sr. Saulo Ramos — V. Exa. dá licença para um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Ouco, com satisfação, o aparte de V. Exa.

O Sr. Saulo Ramos — Estou ouvindo com a atenção que merece, o discurso pronunciado por Vossa Excelência, ao se referir à crise da produção do ferro guza em Minas Gerais, cuja crise atual poderá perturbar o ritmo do sistema siderúrgico do país. Sou originário de um Estado que produz o carvão metalúrgico para abastecimento não só de Volta Redonda, mas de toda a siderurgia brasileira.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Aliás, Vossa Excelência pode acrescentar que Santa Catarina é o Estado que produz o único carvão metalúrgico que o Brasil possui.

O Sr. Saulo Ramos — Agradeço a afirmativa de Vossa Excelência pela verdade que nela se contém. No meu Estado, afloram simultaneamente o carvão de pedra e minerais diversos, oferecendo sugestão e oportunidades para ali se construir um grande parque siderúrgico e mais a industrialização dos subprodutos do carvão e como bases desses aproveitamentos é de se lembrar a industrialização da pirita sulfurosa para a produção de enxofre e ácido sulfúrico. Existe no meu Estado o primeiro forno produzindo ferro guza, no Município de Timbó, e essa liga metálica está sendo consumida pela indústria catarinense. O aparte que lhe foi dado pelo eminente Senador Gaspar Veloso que viu, *in loco*, na grande China, a produção de ferro guza nas suas grandes usinas, vem me esclarecer porque baseado na literatura, eu era favorável à argumentação de Vossa Excelência. No entretanto, através dessa literatura, sei que a China moderna produz ferro guza em grandes e pequenos fornos, mas inteligentemente modificou o sistema das grandes siderúrgias, para implantar em seu território as pequenas unidades siderúrgicas, a fim de que elas consumam o ferro guza lá produzidos. Em nossa Pátria, está-se importando verdadeiras entidades siderúrgicas, esquecendo de ampliar a mineração carbonífera. Os atuais Governadores eleitos procuram implantar grandes entidades siderúrgicas, gostaria que lembrassem os Poderes Públicos a exploração mais ampla do carvão nacional e a continuação de pequenas usinas siderúrgicas mais especializadas.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato ao valioso aparte que me oferece o nobre Senador Saulo Ramos. São realmente muito interessantes os vários aspectos que a siderúrgica nacional nos oferece. Mas, Senhor Presidente, prossigo na minha exposição preliminar do problema, para deixar esclarecidas as razões determinantes do incremento da crise em que ora se debate o ferro guza em Minas Gerais.

Em dezembro de 1957, existiam, no meu Estado, 18 altos fornos de guza. Três anos depois esse número se elevou a 35, num incremento de 372%, o que corresponde a uma taxa de quase 100% ao ano ao número de fornos. Em consequência, a capacidade de produção cresceu grandemente: os 18 fornos de 1957 produziam, em conjunto, 13.850 toneladas mensais. Os 35 atualmente existentes apresentam uma capacidade de produção global, também por mês, de 67.060 toneladas. Houve um aumento de 484% em menos de três anos.

Diante de tão acentuada expansão e crescimento, seria natural que sentíssemos justo orgulho com o desenvolvimento de uma indústria nacional de porte econômico indiscutível, como é do ferro guza.

Infelizmente, porém, as usinas que surgiram assim tão rapidamente, em tão curto espaço de tempo, começaram a ser fechadas, despejando os seus empregados e apagando os fornos, criando uma crise não apenas econômica mas, também, caráter social, pois que avultado é o número de trabalhadores empregados em suas atividades.

Devo esclarecer, Senhor Presidente, que as pequenas usinas produtoras de ferro guza do Oeste de Minas vendem a terceiros a sua produção. Isto é, vendem o seu produto às fundições ou às aciarias. Não estão aparelhadas para posterior transformação do guza em aço ou em manufatura simples como ancinhos e outros artigos.

Em matéria de produção de ferro guza há dois tipos distintos: aquele que se destina ao mercado e o produ-

zido nas grandes usinas siderúrgicas onde é apenas uma parte integrante da produção do aço.

É desse guza para mercado, repito, que se ocupam as usinas instaladas no oeste mineiro, as quais ora me refiro e que se acham em crise, no momento.

É muito fácil identificar os motivos determinantes do crescimento da produção do guza mineiro. Em primeiro lugar, influíram de modo psicológico muito intenso nessa expansão as atividades iniciais do GELIA pois que os estudos e planos a cargo desse órgão, visando à implantação e amparo de indústrias de relevante interesse nacional, forçosamente haveriam de criar no país um clima de estímulo à iniciativa privada, levando-a a empreendimentos, os mais variados, em muitos casos sob forma desordenada. Em segundo lugar, atuando decisivamente na expansão das altíssimas usinas, surgiu o desenvolvimento da indústria automobilística, localizada em São Paulo, que consome aproximadamente 70% do guza mineiro para mercado. Correlativamente, expandiram-se as fundições paulistas, tudo isso dando ensejo a que dobrasse a demanda de guza, cujo preço atingiu a Cr\$ 11,00 o quilo em fins de 1958 e princípios de 1959 para um custo de produção de cerca de Cr\$ 5,00 por quilo.

Esse preço de venda, que baixou para Cr\$ 6,50 em dezembro de 1958, subiu para Cr\$ 9,50 em março de 1959, devido ao ritmo então aumentado, da indústria automobilística e a algumas compras ocasionais das grandes siderúrgicas.

Atualmente, o preço do guza no oeste mineiro não alcança a Cr\$ 6,90 o quilo, inferior aos custos da produção, caminhando, assim, as usinas para a ruína financeira e econômica.

O Sr. Flinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com satisfação.

O Sr. Flinto Müller — O discurso que V. Exa. está pronunciando é, realmente, uma peça da mais alta importância, em que o problema exposto assume aspectos graves para o nosso desenvolvimento. Há poucos dias, estive em Brasília, onde pronunciei notável conferência sobre problemas semelhantes ao do ferro guza, o Dr. Jorge Chamma, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos. Teve o conferenciante oportunidade de apontar a gravidade da questão do mangânês. Ainda há pouco, o nobre Senador Benedito Valadares, em aparte a V. Exa., referiu-se à situação angustiada em que se encontram os produtos de ferro-gusa de Minas Gerais, dada a falta de mercado, quer interno, quer externo. Em relação ao mangânês, citou, igualmente o Dr. Jorge Chamma, na sua conferência, a dificuldade de se encontrar mercado interno. Após a conferência, realizada no Rio de Janeiro, o Sindicato enviou cópia fotostática da carta recebida da Tchechoslováquia, que iria importar mangânês através de contrato, das Minas de Urucum, de Mato Grosso, em que não denunciava o contrato, porém, dizia que a Índia havia oferecido mangânês de primeira qualidade e por preços mínimos. V. Exa. sabe que a Rússia exporta aquele minério para a Bélgica, para a Suécia e para quase todos os países da Europa, em grande quantidade, concorrendo tremendamente com o mercado exportador do Brasil. Em relação ao mangânês, o problema é semelhante ao que V. Exa. está expondo. Volto a acentuar que o discurso de V. Exa. é uma peça notável e merece a atenção por parte do Governo da República.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Mais uma vez declaro-me feliz Sr. Presidente, pelo aparte com que fui

honrado, já agora pelo nobre Presidente desta Casa, Senador Flinto Müller, oferecendo o subsídio da sua experiência e das suas luzes, que muito enriquecem a minha modesta oração à respeito do ferro-gusa que, inegavelmente, tem sua correlação com o problema do mangânês, como S. Exa. acabou de focalizar, no que se refere ao mercado interno.

Mas, Sr. Presidente, continuo a exposição que vinha fazendo para acentuar que, diante dos preços insatisfatórios, algumas usinas, logo no início de 1960, passaram a formar estoques, em atitude defensiva, por meio de uma retração na oferta. Falta-lhes, porém capacidade financeira para sustentar essa política de preços. Desprovidas de capital de movimento, viram-se forçadas a vender os estoques, pouco tempo depois, para a obtenção de recursos necessários à compra da matéria-prima. E essa venda foi feita ao preço de Cr\$ 5,40 o quilo quando o custo era de Cr\$ 6,90.

Com uma capacidade de produção de 67.000 toneladas para um consumo de 22.000, mensalmente, não é de esperar qualquer eventual modificação nas cotações do produto. Necessariamente, sem aumento da procura e havendo excedentes, nada indica uma possibilidade de melhoria, em breve espaço de tempo, nos preços internos. Qualquer elevação desses preços dependerá sempre de maior elasticidade do consumo e prévia absonção dos excedentes. É uma expectativa esta com que não se pode contar, porque não produz efeitos no presente e se apresenta da ocorrência futura incerta.

É certo, Sr. Presidente, que essa crise podia ser prevista. Teria havido acodamento na implantação desse número avultado de usinas. Faltariam estudos, programas e planos. Qualquer estudioso, mesmo sem conhecimentos especializados de economia, examinando o cálculo do consumo e da produção, poderia verificar a possibilidade ou não de excedentes. Assim teria sido possível a fixação desse crescimento dentro de um número limitado de usinas.

A verdade, Sr. Presidente, é que o modo de usinas, a situação está criada, de fato, na sua mais dura realidade. A crise ameaça a economia de Minas e também a do Brasil, porque o problema, como disse no início do meu discurso, afeta em cheio o desenvolvimento da siderurgia nacional. Se houver demora na solução, o destino das usinas de ferro-gusa do oeste do meu Estado será apenas um — a venda como ferro velho.

Sr. Presidente em Divinópolis hoje o maior centro de ferro guza do oeste de Minas, pois que ali existem vinte e uma usinas, dez delas estão paralisadas. Nos outros municípios já estão fechados cerca de cinquenta por cento dos fornos, embora não se tenham dissolvido as sociedades que se mantêm equipadas e com alguns funcionários e operários em atividade. Faz cinco meses que esses fatos se verificam e os extremos da resistência dessas indústrias estão sendo atingidos e ultrapassados.

Sr. Presidente, a luta dos produtores mineiros tem sido tenaz para sair dos embaraços em que se encontram. Numerosos memoriais enviaram-lhes ao ex-Presidente da República, o eminente Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Em várias ocasiões se reuniram, chegando mesmo a fundar uma associação para a defesa dos interesses da classe — a Associação dos Produtores de Gusa do Estado de Minas, conhecida pela sigla Gusamig. Nesses memoriais e nos debates realizados em sua organização de classe, os produtores de gusa do oeste mineiro apresentaram várias reivindicações na suposição de que,

por esse meio é com o atendimento desses reclamos poderiam sair dos embarques em que se encontram.

Redem fies financiamento de estoques e aumento de limites para as operações de desconto das usinas e caução de duplicatas.

É evidente, Sr. Presidente, que o atendimento dessa primeira reivindicação não resolverá a crise. Como podem os bancos financiar estoques e aumentar os limites cadastrais para as operações de usinas com uma produção excedente do consumo atual do País e sem possibilidade de colocação no mercado externo? O assunto foi ainda há pouco abordado pelo nobre Senador Benedito Valladares e sobre ele também tecerei considerações, mais adiante, porque o ponto crucial das dificuldades que aniquilam as usinas está exatamente na falta do mercado comprador de toda a produção.

A segunda reivindicação dos produtores de gusa refere-se à limitação da instalação de novas usinas.

É outra providência que não resolve a crise, no momento. Além de ser assunto delicado, entra no campo da liberdade profissional de comércio. É medida acautelatória, não de solução pronta ou a curto prazo.

A terceira reivindicação trata da prova da posse da área florestal, ou reforestada, em condições de assegurar auto-suficiência no abastecimento do carvão, por preço mínimo.

Sr. Presidente, o Brasil, rico em minérios de ferro, é pobre em carvão. Suas jazidas estão localizadas a grande distância das usinas siderúrgicas. A não ser as de Santa Catarina que produzem o coque metalúrgico, nosso País, por enquanto, só dispõe de carvão de qualidade inferior que, na sua maioria, produz apenas vapor.

A opinião do General Macedo Soares a esse respeito é muito conhecida. Diz esse grande técnico o seguinte:

"Só em caso de calamidade internacional se justificaria, entre nós, o emprêgo do coque 100% nacional".

A auto-suficiência no abastecimento de carvão, que não pode ser feita de pronto, nenhum efeito determinaria para a solução favorável da crise do gusa.

O Sr. Saulo Ramos — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer.

O Sr. Saulo Ramos — Lembro a V. Exa. que Volta Redonda foi construída para ser abastecida com carvão catarinense. Se o nosso minério não é um dos melhores, não é pior que o carvão japonês, que operou o milagre da siderurgia nipônica, transformando aquela Nação na grande potência siderúrgica e industrial do Oriente. O carvão brasileiro, lavado e tratado, pode servir plenamente ao nosso parque siderúrgico. Não se justifica, portanto a formação de um parque siderúrgico sem o produto brasileiro. Além disso, hoje se tomam médias no sentido do aproveitamento do carvão a vapor. São três os produtos do nosso minério: o carvão metalúrgico, que abastece a siderurgia; o carvão a vapor, que produz a energia termo-elétrica e o carvão pirita, que produz enxofre e ácido sulfúrico. Durante a última guerra, quando o País não recebia carvão estrangeiro, o nosso, com a simples modificação das grelhas serviu para alimentar totalmente a siderurgia nacional e foi usado no transporte e na iluminação em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato ao aparte de V. Exa. Não há dúvida, Sr. Presidente, que existe ao nobre representante do Santa Catarina o direito de resguardar a produção nacional de carvão. Mas, segundo os técnicos, ela ainda não atende às necessidades da nossa

siderurgia no sentido amplo que Sua Excelência deseja, no que, aliás, é acompanhado por todos os brasileiros.

É sabido que nosso carvão é muito poroso e de gaseificação lenta, segundo os técnicos, o que torna demorado o processo de fabricação. Possui, além disso, acentuado teor de cinza, o que lhe dá grande volume, tornando-o também deficitário para a produção siderúrgica.

Mesmo assim, sabemos que o carvão nacional vem sendo usado nas usinas siderúrgicas do nosso País, numa proporção que está subindo dia a dia. Podemos, desde já, calcular que essa percentagem de aproveitamento está chegando quase à metade, isto é usamos quase igualmente o carvão nacional e o estrangeiro. O aproveitamento do carvão nacional já ultrapassou a 40% do total utilizado.

A situação do nosso país não é igual a da China, que ainda há pouco foi justamente elogiada pelo nobre Senador Gaspar Velloso, nem a dos Estados Unidos, da Rússia e da África do Sul, que são auto-suficientes em minério e carvão. O Brasil está como o México, o Canadá, a Espanha e o Chile — rico em minério e pobre em carvão.

O nobre Senador Saulo Ramos invocou o exemplo do Japão, que teria operado a grandeza de sua siderurgia com o carvão nipônico, que S. Exa. declara não ser superior ao nosso. Efectivamente, o Japão, sem minério, possui hoje uma grande siderurgia. Mas o seu carvão — se a memória de algumas leituras não me falha — embora pouco, apresenta um teor metalúrgico em grau médio, com certas propriedades que o valorizam no processo da industrialização. Aliás, ao lado disso, devemos reconhecer que mesmo em países possuidores de grandes reservas de carvão, como acontece na França, são aproveitados alguns tipos da qualidade do nosso mediante eliminação de impurezas ou elementos de inferiorização.

O Sr. Saulo Ramos — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Pois não, com todo o prazer.

O Sr. Saulo Ramos — Se o carvão catarinense tem grande percentagem de cinzas tem bom poder aglutinante o uso de um tipo negro vale pela sua caloría. O carvão brasileiro, selecionado, lavado e estandardizado, pode ter teor calorífico além de seis mil e duzentas calorías. Lamento, não sendo técnico, mas parlamentar e médico, ter que contraditariamente afirmar a afirmativa do eminente ex-Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, Senhor Macedo Soares. Fico com a opinião dos que acham que o nosso carvão pode operar, no futuro, o mesmo milagre que operou o carvão japonês que sendo inferior ao cardiff construiu a grande siderurgia nipônica. Fico com a realidade indescutível de que o carvão catarinense, durante a guerra, alimentou 100% Volta Redonda e poderá, se aproveitado com sabedoria e técnica, sustentar, por si só, o parque siderúrgico nacional.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Formulo sinceros votos para que, no futuro, os desejos de V. Exa se concretizem, em benefício do nosso país. Caberá aos nossos técnicos e ao governo Federal a grande tarefa de demonstrar as reais qualidades de coque metalúrgico de carvão nacional.

O Sr. Saulo Ramos — Agradeço a V. Exa com esperanças nessa realidade futura.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — A mais relevante reivindicação dos produtores mineiros, Sr. Presidente, dizia respeito à exportação do gusa, para a qual pediam determinadas facilidades

Muitos consideram a exportação uma das alternativas em condições de solucionar a crise. É comum dizer-se, Sr. Presidente, que o Brasil tem necessidade de exportar ferro gusa. Alguns entendem mesmo que seria preferível exportar gusa em vez de minério. Embora sem conhecimentos técnicos, mas levando em conta o aspecto político-econômico da matéria, tenho para mim que melhor seria vendesse o Brasil para o exterior lingotes e laminados. Isso ajudaria o país a reduzir a sua pauta de exportação de matéria prima, com obtenção de maiores vantagens ao seu desenvolvimento industrial.

O Sr. Gaspar Velloso — Muito bem.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — A exportação não se apresenta, porém, como escaudouro ou saída favorável para o ferro gusa brasileiro. Quando surgiu a crise, os produtores mineiros voltaram-se para esse caminho, cheios de esperanças. Mas as portas do mercado exterior mantiveram-se fechadas para eles e assim continuam. O exame do movimento estatístico da exportação mostra que não há pessimismo na minha descrença em relação a um mercado externo para o nosso gusa. Basta ver que em 1956 exportamos 93.587 toneladas e em 1957 apenas a terça parte, ou sejam — 30.108 toneladas. Em 1958 não houve exportação. Em 1953, quando já existia excedente, o Brasil só conseguiu exportar mil toneladas, originárias, não de Minas, onde está o grande volume da produção, mas da Cia. Ferro e Aço de Vitória e das Sociedades Brasileira de Corumbá, que exporta gusa para a Argentina por via fluvial. Essa mil toneladas renderam 53.000 dólares. Não tenho ainda os dados sobre a exportação de 1960.

A Associação dos Produtores de Gusa do Estado de Minas — Gussmig, têm recebido ofertas de compra da Itália, Argentina, Inglaterra, Estados Unidos, Japão e Polônia. Mas o preço internacional não cobre o custo da produção. Basta ver o cálculo oferecido pelas 1.000 toneladas exportadas em 1959, cujos 53.000 dólares que produziram dão o preço de Cr\$ 5.300,00 por toneladas, ou seja — Cr\$ 5,30 por quilo, e isso mesmo pela taxa do dólar de exportação do ferro, de Cr\$ 100,00, vigorante em 1959, taxa que fôra elevada, pois em junho de 1958 era de Cr\$ 98,00.

A esse preço de Cr\$ 5,30 o quilo em 1959 a exportação não era possível porque a tanto montava o custo da produção. Com o acréscimo de 20% de frete e 10% de despesas alfandegárias, o quilo de gusa atingia então a quase Cr\$ 7,00 o quilo. O preço de venda devia ser portanto de Cr\$ 8,00.

Sr. Presidente, os produtores de gusa do oeste de Minas depositavam grandes esperanças na exportação. Chegaram mesmo a formar um dos grupos de pressão que em dezembro de 1959 impuseram à SUMOC a Instrução 192. Estavam convencidos de que o dólar atingiria no mercado livre a taxa de Cr\$ 200,00, que permitiria a exportação do gusa a preço compensador.

O Sr. Ruy Carneiro — O gusa estava, então, incluído entre os produtos gravosos.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Exactamente. E daí por que passou para o mercado livre, em virtude da referida instrução 192.

Não ocorreu, porém o que se esperava, pois o Banco do Brasil passou a intervir no mercado, mantendo-se o dólar na cotação de Cr\$ 125,00 ao mesmo tempo que o preço do ferro gusa caía no mercado internacional.

O Sr. Ruy Carneiro — No momento, o dólar no câmbio livre está a Cr\$ 200,30

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Pela a taxa de Cr\$ 185,00, vigorante logo após a Instrução 192, a tonelada de gusa alcançava Cr\$ 8.800,00 o que corresponde a Cr\$ 8,80 o quilo para um custo de Cr\$ 6,00. Acrescentando o aumento dos salários, o transporte de Cr\$ 1,50 e Cr\$ 0,70 para as despesas alfandegárias teremos um custo FOB de Cr\$ 8,20 o quilo. O lucro, na melhor hipótese, seria de 60 centavos, se tivesse havido exportação.

Sr. Presidente, não se apresenta possível a exportação por um outro motivo, este de ordem econômica competitiva — é que as grandes siderúrgicas do mundo dispõem de minas próprias, carvas, que lhes fornecem minério a baixo preço, com a produção do gusa integrada no seu sistema, em condições, portanto, favoráveis ao ritmo de suas atividades. Em face da técnica, para a siderurgia integrada, o gusa em ligotagem, adquirido de outras usinas, é considerado "atividade parasitária". E segundo se sabe, o gusa sólido, importado de qualquer país, terá que ser refundido para sua utilização em forma líquida, com sensíveis acréscimo no custo, já onerado pelos fretes e direitos alfandegários. Afirmação os entendidos no assunto que é o acréscimo no custo, incluídas as despesas industriais para refundir o gusa no alto forno, atinge a nove dólares por tonelada, o que diminui as possibilidades de um preço compensador para quem exporta.

Ora, se oitenta e oito por cento da produção mundial do ferro gusa são utilizações no refino do aço, conforme se vê dos dados estatísticos sobre o assunto, sobriam, apenas doze por cento para as demais aplicações, de vez que, como acentuei, o gusa é usado, na quase generalidade, em forma líquida na indústria siderúrgica integral, que vai do minério acuminados, sem interrupção no seu processo técnico fabril.

Sr. Presidente, o comércio do gusa, a meu ver, só pode ser feito, no campo internacional, de modo esporádico, a não ser por meio de encomendas ou sob a proteção de convênios ou acordos com determinados países. O Brasil não poderá contar com a exportação para colocar o ferro gusa produzido pelas nossas usinas. A alternativa da exportação deve ser afastada de toda e qualquer cogitação dos industriais do Brasil e do Governo, que deve examinar o problema, disposto a dar solução à crise em que se debate o ferro gusa.

Sr. Presidente, em 31 de agosto último, sob o patrocínio da Associação Comercial de Minas, reuniu-se em Belo Horizonte o 1.º Congresso Mineiro de Exportação, que também examinou o problema do ferro gusa. Não pude assistir aos trabalhos desse convênio, embora muito o desejasse. Eu estava então empenhado na campanha eleitoral, cumprindo programas apertados, em viagens ininterruptas, pelo interior do Estado, pois como Presidente da Comissão Executiva Regional do P.T.B. era do meu estrito dever dar uma assistência constante ao desenvolvimento da propaganda de nossos candidatos. Acompanhei, porém, os trabalhos do Congresso pelos jornais de Belo Horizonte e deles procurei, depois, conhecer os resultados.

A situação do ferro gusa despertou grande interesse no Congresso, cujo plenário, após agitados debates, aprovou treze propostas, entre as quais figuram a criação de tarifas especiais, financiamento dos estoques, aumento dos limites das operações de desconto bancário do Imposto de Vendas e Contribuições, aparelhamento do porto de Angra dos Reis para a maior facilidade na exportação do gusa, envio de uma missão do Governo Federal à Argentina para entendimentos sobre a colocação do nosso produ-

es e compra dos excedentes pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Em nada se alteram as minhas conclusões diante dessas propostas aprovadas por aquele Congresso. Elas me tornaram mesmo interessantes subsídios aos estudos que realizei sobre o problema do gusa. Merecedoras de aplauso, muito contribuíram, e atender, para melhorar o problema do gusa.

Das recomendações, posso em relação a que se refere aos contingentes para a venda do gusa à Argentina e a que trata da compra dos excedentes pela Usina de Volta Redonda.

Seria um grande benefício se o atendimento dessas medidas implicasse em solução favorável à crise do gusa. Na Cia. Siderúrgica Nacional concordaria, porém, em quebrar o seu ritmo e o seu sistema de siderurgia integrada para aproveitar o gusa do oeste de Minas, nem o mercado argentino só com a sua eventual demanda isolada, daria a solução que todos desejamos.

Não acredito, Sr. Presidente, tanto, nas possibilidades de uma exportação permanente do ferro gusa nacional, a despeito do seu excelente teor. Ressalvo apenas a hipótese de uma exportação sob convênio ou acordo, e a essa prima não há dúvida que o mercado argentino pode nos ser favorável, dentro dos seus relativos limites.

Dispensando de reservas que não ultrapassam a 200 milhões de toneladas, a Argentina é sobre em minérios e, assim seu mercado deve estar sempre aberto às importações.

O recente acordo da Zona Livre de Comércio, já assinado pelo Brasil e aprovado pelo Congresso Nacional, pode dar meios à colocação do ferro gusa na Argentina e outros países vizinhos. Será essa uma exportação previamente assegurada, embora não se apresente em volume e valor de maior expressão e em condições de garantir o desenvolvimento e a estabilidade das nossas usinas produtoras de gusa. Só nos resta, procurar, Sr. Presidente, em face de tudo o que alego, sustento e provo uma solução viável e realista, capaz de tornar possível o desenvolvimento das indústrias de gusa do Oeste de Minas Gerais e de outras regiões do País, para que possa haver, com essa liga de ferro-carbono, o melhor aproveitamento para a produção do aço e, também, para as nossas fundições e diversas outras manufaturas, inclusive para os artigos de ferraria.

Onde encontrar, Sr. Presidente, a solução para o problema?

Este o ponto capital que me proponho colocar diante do Senado, cheio de esperança de que ajude Minas Gerais e o Brasil a saírem das dificuldades em que se encontram.

Sr. Presidente, desejo agora, fazer uma pergunta: será justo permitir o descalabro e a ruína da produção de ferro gusa em Minas Gerais, se só essa produção fornece noventa por cento do chamado "gusa para mercado", consumido inteiramente? Como deixá-lo ao abandono, se ela é básica ao desenvolvimento da economia nacional? Pode, Sr. Presidente, o País

concordar em que se aniquile e desapareça um setor necessário às suas atividades produtivas e úteis, no qual um grupo de mineiros audazes conseguiu concentrar, em curto espaço de tempo, um capital aproximado de um bilhão de cruzeiros? Diante do nosso povo de capitais é admissível se verca o tributo de um bilhão de cruzeiros assim oferecidos ao progresso do parque industrial brasileiro?

Sr. Presidente, além do aspecto econômico da perda de capitais e do arripiamento de uma indústria básica há que considerar o aspecto social que é, no caso de grande importância. Para esses aspectos desejo voltar também minha atenção, não apenas como homem público mas, sobretudo, como integrante das fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, que tem suas bases nas classes laboristas e nas forças populares.

As pequenas usinas de gusa do oeste de Minas empregam aproximadamente dez mil operários o que representa uma população de cerca de cem mil pessoas, comarcadas as famílias desses trabalhadores. A esse número podemos acrescentar os que habitam nas atividades subsidiárias dessa indústria, ou seja, no transporte de minérios, na mineração em si mesma, e, em particular, na produção do carvão consumido pelas usinas de gusa.

Teremos, assim, uma população de duzentos mil pessoas mais ou menos, dependentes de modo direto ou indireto, das atividades ameaçadas de estrangulamento no Oeste de Minas.

Ora, Sr. Presidente, ninguém negará que seria doloroso para toda essa população o fechamento das usinas de gusa naquela região mineira, momentaneamente quando ainda é baixo ali o nível de emprego. O impacto na economia da Zona não seria de efeitos meramente locais. Com ele perderia Minas, que tanto tem ajudado o Brasil com a sua matéria prima, desde os velhos e sacrificados tempos da Colônia. Com ele perderia igualmente o próprio Brasil, Nação em amplo desenvolvimento e francamente aberta aos surtos da economia mundial.

Sr. Presidente, se o estudo do problema deve conduzir a uma solução que aproveite o gusa para as necessidades do mercado interno então o meio único e seguro será a criação de uma sociedade de economia mista destinada a realizar esse aproveitamento. Não será demais uma nova siderúrgica em nosso País, mormente se for localizada no famoso quadrilátero ferrífero, com suas reservas de trinta e cinco bilhões de toneladas, distendidas numa área de oito milhões de quilômetros quadrados. E não será demais porque, apesar da esperada produção de gusa em Minas, da Usiminas e da Cecipa, que entrarão no mercado com os seus produtos a partir de fins do corrente ano o Brasil continuará precisando de aço. Basta considerar, Sr. Presidente, que os excedentes previstos para a produção dessas duas novas usinas, segundo estatística que agora compulsei, descenderão de quase trezentas mil toneladas em 1964, para trinta e quatro mil toneladas.

Só esse pequeno excesso justificaria a criação de uma aciaria no Oeste de

Minas, se as razões invocadas não fossem, já por si mesma, bastantes.

Todos os estudiosos do problema siderúrgico no mundo não escondem a excepcional importância dessa indústria e todos são acordes em acrescentar que as numerosas metalúrgicas, somadas, correspondem apenas a 5% da produção mundial de aço. E a tendência dessa produção se revela pelo ritmo constante e rápido incremento, em face das exigências do consumo e dos planos de expansão e desenvolvimento de numerosas nações.

Um dos estudiosos da matéria, o Senhor Geraldo Mendes de Barros, em trabalho intitulado "O Brasil e o mercado mundial de ferro", faz a seguinte observação:

"Nos últimos dez anos, o rápido crescimento da produção de aço e a tendência à exaustão de algumas reservas norte-americanas e europeias, determinaram notável esforço, visando ao aproveitamento de grandes depósitos ultramarinhos no Canadá, na América do Sul e na África, com investimentos superiores a um bilhão e quinhentas milhões de dólares. Outros projetos importantes encontram-se em execução ou em estudo na mesma área".

Diante de tudo isso, Sr. Presidente, o Brasil precisa de bem aparelhar-se, sem perda de tempo, fortalecendo as bases de sua produção de aço com mais uma usina, organizada em moldes de técnica e de segurança. Não é possível, repito, quaisquer delongas na solução da crise do ferro gusa do oeste mineiro.

O projeto que ora apresento é o caminho seguro para essa solução. A Cia. de Aços Minas Gerais, a "Acominas" que ele objetiva criar, será o parque siderúrgico de salvação do gusa produzido naquela região. Mas será também mais uma forja de progresso econômico e uma nova chaminé a anunciar o vigor do nacionalismo brasileiro e a grandeza de nossa Pátria.

Para este projeto, Sr. Presidente, solicito a atenção do Senado. Desde muito, reconheço o alto apreço com que o Senado cuida dos interesses e dos problemas nacionais. Desde muito, pude verificar que o aproveitamento das nossas riquezas e a emancipação econômica do país conjugam, nesta Casa, os esforços de todos pelo bem geral e aqui não são pretextos oratórios ou temas meramente literários. Bem reconheço que o Senado defende e preserva o Brasil, amparando e acolhendo todas as iniciativas de caráter legislativo que o ajudam a progredir, e engrandecer-se ao prisma social, jurídico, econômico e moral.

O Sr. Saulo Ramos — Dá V. Exª licença para um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muita honra.

O Sr. Saulo Ramos — O discurso de V. Exª não representa um tema literário. É um profundo estudo relativo ao sistema siderúrgico. Sugere V. Exª a criação de mais uma siderúrgica, através da sociedade de economia mista para salvar a produção do ferro gusa visando à nossa emancipação econômica. Deixo registrado, no discurso de V. Exª, que a riqueza básica mais envolvente de libertação econômica, reside exatamente na exploração do carvão, da hulha negra. E

está mais na hulha negra do que no petróleo, o ouro negro e sua exploração. O petróleo é explosão de riqueza com grande poder econômico e financeiro, mas a riqueza básica, para a emancipação de uma Nação está no valor energético do carvão mineral. E se exploramos o petróleo através do monopólio estatal, com maior razão — tese que sempre defendi e defendo — devemos explorar o carvão brasileiro por idêntico processo para estabilizar o parque siderúrgico nacional e evitar seja ele fictício e na dependência do carvão estrangeiro. Daremos então uma potencialização maior à nossa Pátria, com o carvão à Inglaterra, à França, aos Estados Unidos e à Rússia. Essas nações são potências não pelo petróleo que exploram e sim porque assentam suas bases econômicas na maior produção carvoeira, ou melhor, no poderio industrial dos seus parques siderúrgicos. Sem carvão não há siderurgia, sem siderurgia não há industrialização e sem industrialização, sobre Senador Nogueira da Gama, não existe libertação e economia de qualquer povo ou nação.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — V. Exª tem razão. As maiores reservas de minério de ferro do mundo localizam-se no nosso País. Cerca de trinta e cinco bilhões de toneladas, segundo cálculos e estimativas mais recentes, estão em Minas Gerais e, aproximadamente, cinquenta bilhões no Estado de Mato Grosso, embora estas últimas distantes e de exploração cheia de dificuldades. Por essa razão devemos voltar, cada vez mais, a nossa atenção para o problema da siderurgia, que é básico e fundamental do crescimento e grandeza econômica da nossa Pátria.

O Sr. Saulo Ramos — Ao declarar V. Exª que as maiores reservas dos minerais siderúrgicos estão em nossa Pátria, informo a V. Exª e a Nação, que as nossas reservas carboníferas são igualmente inesgotáveis e melhoram em qualidade e quantidade, do sul para o norte. O carvão do Rio Grande do Sul é betuminoso e não metalúrgico. O afloramento do carvão metalúrgico surge no Estado de Santa Catarina e no Paraná. Vestígios de carvão de pedra são encontrados através de todo o território nacional, no Xingu, no Piauí, bem como Vale do Amazonas.

Com tanta riqueza no nosso subsolo poderíamos, explorando-as, obter maior potencialização, conseguindo a libertação econômica tão decantada pelo povo brasileiro.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito agradecido a V. Exª.

Sr. Presidente, como acaba de fixar o nobre Senador Saulo Ramos, os grandes caminhos do Brasil estão na siderurgia. São caminhos certos, que não enganam e não fogem como as miragens. Sobretudo, são caminhos nossos, que nós mesmos, brasileiros, devemos palmilhar. São caminhos que nos vieram pela mão de Deus e pela obra da Natureza. São caminhos que o Senado ajudará o Brasil a conquistar, porque a ação do Senado traduz e exprime trabalho, produção, equitativa distribuição das rendas, bem estar coletivo e até mesmo ferro e aço.

Sr. Presidente, com este voto de fé e confiança, submeto à consideração do Senado o projeto que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a promover, dentro de seis meses, a organização da Companhia de Aços Minas Gerais. (Muito bem, muita bem, Palmas.)